



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 020

QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 171, parágrafo único, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

(*) RESOLUÇÃO Nº 85, DE 1987

**Autoriza a União a ratificar a alienação de terras de que trata o Processo Incra-/PF/Co-
rumbá nº 763/75, de interesse do Sr. Horácio Sabino Coimbra.**

Artigo único. É a União autorizada a ratificar a alienação de terras constantes do Processo Incra/PF/Co-
rumbá nº 763/75, de interesse do Sr. Horácio Sabino Coimbra.

Senado Federal, 30 de junho de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(*) — Republicada por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 1º-7-87.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 17ª SESSÃO, EM 23 DE FEVEREIRO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nomes indicados para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 79/88 (nº 105/88, na origem), referente a escolha do Sr. Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

— Nº 80/88 (nº 106/88, na origem), referente a escolha do Sr. Brian Michael Fraser

Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

— Nº 93/88 (nº 112/88, na origem), de agracimento de comunicação.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Aprovação por decurso de prazo das Mensagens Presidenciais nºs 26 a 30, 36 a 42, 48 a 67, 73 a 150, e 152 a 166/87-CN.

— Referente à indicação dos Srs. Senadores Itamar Franco e Afonso Camargo, para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as denúncias de irregularidades e corrupção na Administração pública.

— Recebimento das Mensagens nºs 78, 81 a 92/88, pelas quais o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que as Pre-

feitas Municipais de Maria Helena-PR, Cuiabá-MT, Rio de Janeiro-RJ, Paranavaí-PR, Propriá-SE, Itauçu-GO, Alto Paraná-PR, Caicó-RN e Rondonópolis-MT, possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discurso do Expediente

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder do PDS — A gravidade do quadro social e político do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Requerimento

Nº 15/88, de inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens 8, 9 e 16, sejam submetidas ao Plenário em 1º, 2º e 3º lugares respectivamente. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Senadores Nabor Júnior, Mário Maia e Aluizio Bezerra.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Administrativo

JOSECLER GOMES MOREIRA

Diretor Industrial

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Projeto de Resolução nº 35, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.200.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Aprovado**.

Redação final do Projeto de Resolução nº 35/88. **Aprovada**. À promulgação.

Projeto de Resolução nº 36, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 1.879.699,25 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Aprovado**.

Redação final do Projeto de Resolução nº 36/88. **Aprovada**. À promulgação.

Projeto de Resolução nº 43, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 30.075,18 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Aprovado**.

Redação final do Projeto de Resolução nº 43/88. **Aprovada**. À promulgação.

1.3.2 — Requerimento

Nº 16/88, de preferência para votação do Requerimento nº 10/88. **Prejudicado** por falta de **quorum** para votação.

Projeto de Resolução nº 28, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.689,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 29, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberai, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.650,42 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 30, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito

no valor correspondente, em cruzados, a 48.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 31, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.424,51 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 32, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Monteiro, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 33, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.146,62 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 34, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 37, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.600,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 38, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.519,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 39, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.790,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 40, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 49.342,11 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 41, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Antônio João, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.800,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 42, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aral Moreira, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 48.411,27 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Requerimento nº 10, de 1988, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, ao Ministério das Comunicações, informações sobre o critério adotado pelo atual governo para a concessão de canais de rádio e de televisão através daquele Ministério. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON CARNEIRO — Agilização na apreciação das mensagens de empréstimos para o Rio de Janeiro.

SENADOR JAMIL HADDAD — Obstrução da pauta pelo Senador Rachid Saldanha Derzi. Drama da população fluminense em consequência das enchentes.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Manutenção na Constituição da estabilidade no emprego.

SENADOR MARCO MACIEL — Colégios Militares como instituições de ensino misto.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — A economia brasileira.

SENADOR ALBANO FRANCO — Aumento territorial do Estado de Sergipe.

SENADOR ÁLVARO PACHECO — Resposta à revista **Veja**, sobre artigo publicado na seção "Radar", de 17 de fevereiro.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Irregularidade na Companhia de Financiamento da Produção — CFP.

SENADOR EDISON LOBÃO — "Alguns fundamentos naturais e históricos da medi-

cina legal", artigo do Professor José Fernandes Pontes, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem póstuma ao Ministro Coqueijo Torreão da Costa.

SENADOR CARLOS CHIARELLI — Importância do programa antártico brasileiro.

1.3.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, dia 24, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

— **ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

2 — N^{os} 20, 21 e 22, de 1988

3 — ATO DO 1^o-SECRETÁRIO
— N^o 2, de 1988

4 — PORTARIA DO 1^o-SECRETÁRIO
— N^o 3, de 1988

5 — CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
— Ata da 132^a Reunião

6 — SECRETARIA GERAL DA MESA
— Resenha das matérias apreciadas de 1^o a 31 de janeiro de 1988.

7 — ATAS DE COMISSÕES

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 17^a Sessão, em 23 de fevereiro de 1988

1^o Sessão Legislativa Extraordinária, da 48^a Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Jutahy Magalhães e João Castelo.

ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos de Carli — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Alvaro Pacheco — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mario Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^o-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM N^o 79, DE 1988 (n^o 105/88, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de V. Ex^{as} a escolha que desejo fazer, do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto n^o 93.325, de 1^o de outubro de 1986.

2. Os méritos do Ministro Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de fevereiro de 1988. — **José Sarney**.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae:

Ministro Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell.

Belém/PA, 25 de novembro de 1931.

Filho de Samuel Wallace Macdowell e Maria Anita Amazonas Macdowell.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 19 de julho de 1954.

Segundo-Secretário, antigüidade, 24 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1^o de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 15 de outubro de 1974.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional, 1963/64.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de

Assistente do Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1964/65.

Chefe da Divisão do Tratado da Bacia do Prata, 1972/73.

Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1973/77.

Ottawa, Terceiro-Secretário, 1957/59.

Ottawa, Encarregado de Negócios, 1958.

Buenos Aires, Vice-Cônsul, 1959/61.

Buenos Aires, Cônsul-Adjunto, 1961.

Buenos Aires, Encarregado, 1960 e 1961.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1962 e 1963.

Beirute, Segundo-Secretário, 1965/66.

Beirute, Primeiro-Secretário, 1966/68.

Teerã, Primeiro-Secretário, 1967.

Bonn, Primeiro-Secretário, 1968/1971.

Bonn, Encarregado de Negócios, 1968 e 1969.

Paris, Unesco, Ministro-Conselheiro, 1977/85.

Paris, Unesco, Encarregado, 1978, 1980, 1981 e 1983.

Tóquio, Cônsul-Geral, 1985/86.

Buenos Aires, Cônsul-Geral, 1987/88.

Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, 1964 (secretário).

Reunião Brasileira para Assuntos Automobilísticos, ALALC, São Paulo, 1969 (participante).

Reunião do Ministro de Estado das Relações Exteriores com os Embaixadores junto aos Países das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1969 (participante).

I Reunião do Grupo de Trabalho em Educação dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1972 (chefe).

Reunião Especial do Grupo de Peritos Financeiros dos Países da Bacia do Prata, 1972 (chefe).

I Reunião do Grupo de Peritos em Saúde dos Países da Bacia do Prata, 1972 (chefe).

V Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972 (delegado-suplente).

IV Reunião do Grupo de Trabalho de Peritos do Projeto A-4 (navegação) dos Países da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Brasília, 1973 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação.

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, Georgetown, 1973 (chefe).

V Reunião para a elaboração do Acordo entre o Brasil e a Bolívia, no campo dos hidrocarbonetos, siderurgia e outros projetos industriais correlatos, La Paz, 1974 (delegado).

Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente da Bolívia, Cochabamba, 1974 (membro).

Negociações com a Colômbia para o Acordo sobre Cooperação em Matéria Carbonífera, Rio de Janeiro, 1974 (delegado).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores do Equador, Brasília, 1974.

II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Técnica, Brasília, 1974 (subchefe).

Sessão Brasileira do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, 1974 (membro).

À disposição do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Brasília, 1975.

I Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasil-Suriname, Brasília, 1975 (chefe).

Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de sugerir a formulação de uma posição brasileira em vista à abertura de negociações com o Peru e o Chile para o fornecimento constante e regular do mercado brasileiro de Cobre, Brasília, 1975 (coordenador).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1975 (chefe).

III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1975 (chefe).

Negociações com as autoridades Peruanas e Chilenas para o fornecimento de Cobre ao Brasil, Lima e Santiago, 1975 (chefe).

Comitiva do Ministro de Estado do Peru, 1975 (membro).

Missão Especial às Festividades de Celebração da Independência do Suriname, Paramaribo, 1975 (delegado).

Missão Especial às Cerimônias de celebração do Sesquicentário da Independência da Bolívia, La Paz, 1975 (delegado).

I Reunião do Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, Santa Cruz, 1976 (delegado).

Negociações sobre o fornecimento de metais não-ferrosos Peruanos ao Brasil e de produtos agrícolas brasileiros ao Peru, Lima, 1976 (chefe).

Negociações com a Bolívia no quadro do Acordo de Complementação Industrial, La Paz, 1976 (delegado).

Reunião do Grupo Misto de Trabalho Brasileiro-Peruano para a Amazônia, Iquitos, 1976 (chefe).

Comitiva Presidencial no encontro com o Presidente do Peru, Fronteira Amazônica, 1976 (membro).

Negociações Comerciais com o Equador, Quito, 1976 (chefe).

Negociações com a Colômbia para o Acordo sobre Cooperação em Matéria Carbonífera, Bogotá, 1976 (chefe).

II Sessão Ordinária do Comitê Internacional do Direito do Autor, Genebra, 1977 (chefe).

XXII Sessão do Comitê Executivo da União de Berna, Paris, 1977 (chefe).

XX Sessão da Conferência Geral da Unesco, Paris, 1979 (delegado-suplente).

III Sessão do Comitê Executivo para a Criação do Museu da Núbia e do Museu da Civilização Egípcia do Cairo, Paris, 1983 (chefe).

Conferência Intergovernamental sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacional, Paris, 1983 (chefe).

Conferência Internacional de Apoio à Luta do Povo de Namíbia pela sua Independência, Paris, 1983 (subchefe).

IV Sessão Extraordinária da Conferência Geral da Unesco, Paris, 1983 (delegado).

XXII Sessão da Conferência Geral da Unesco, Paris, 1983 (delegado).

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha do Centenário de Lauro Müller, Brasil.

Ordem do Mérito, Grande Oficial, Peru.

Ordem do Sol, Grande Oficial, Peru.

Ordem de São Carlos, Grande Oficial, Colômbia.

Ordem do Mérito, Oficial, RFA.

O Ministro Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell se encontra nesta data no exercício de suas funções de Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, República Argentina.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1988. — Sergio Barbosa Serra, Chefe do Departamento do Serviço Exterior

(À Comissão de Relações Exteriores)

MENSAGEM Nº 80, DE 1988 (nº 106/88, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Ministro Brian Michael Fraser Neele, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 12 de fevereiro de 1988. — José Sarney.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:
Ministro Brian Michael Fraser Neele.

Rio de Janeiro/RJ, 21 de maio de 1941.
Filho de George B. Fraser Neele e Ethel Marie Neele.

Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Estudos Sociais, Haia.

Curso de Altos Estudos, IRBr.

Terceiro-Secretário, concurso, 20 de janeiro de 1964.

Segundo-Secretário, merecimento, 31 de março de 1967.

Primeiro-Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1964/66.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974/75.

Assessor do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1977.

Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal e Coordenador-Geral da Fundação Visconde de Cabo Frio, 1977/79.

Chefe da Divisão de Informação Comercial, 1979/84.

Haia, Terceiro-Secretário, 1966.

Haia, Segundo-Secretário, 1967/71.

La Paz, Segundo-Secretário, 1971/72.

La Paz, Primeiro-Secretário, 1973.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1971 e 1973.

Londres, Primeiro-Secretário, 1975/77.

Genebra, Cônsul-Geral, 1984/88.

Reunião Especial de Promoção Algodoeira do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, Paris, 1964 (assessor).

LXXVIII Sessão da Comissão Diretora do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Washington, 1965 (assessor).

XXIV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, 1965 (assessor).

À disposição dos Soberanos Belgas em visita ao Brasil, 1965.

XXV Sessão Plenária do CCIA, Lima, 1966 (assessor).

XXVI Sessão Plenária do CCIA, Amsterdam, 1967 (assessor).

LXXXI Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Haia, 1967 (assessor).

Conferência sobre a elaboração de Convenção Internacional sobre Apoderamento Ilícito de Aeronaves, Haia, 1970 (assessor).

Reunião Especial do Grupo de Peritos Financeiros dos Países da Bacia do Prata, La Paz, 1972 (delegado).

III Reunião Ordinária de Ministros de Obras Públicas e dos Transportes do "CONOSUR", Cochabamba, 1972 (delegado).

I Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, 1974 (assessor).

Observador do Brasil às reuniões anuais da Federação Internacional de Consultores de Engenharia (Fidic), Nairobi, 1980 e Berna 1981.

II Conferência do SADCC, Maputo, 1980 (delegado altemo).

Missão negociadora de Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Africano de Desenvolvimento — BAD e o BNDES, Abidjan, 1981 e 1982 (chefe).

Observador do Brasil às reuniões da Década de Transportes e Comunicações na África, ONU/ECA, Lomé, 1981 e em Maputo, 1982.

Delegação técnica brasileira negociadora do convênio tripartite Brasil-Moçambique-Fundo da OPEP para o projeto de carvão em Moçambique, Viena e Maputo, 1981 e 1982.

Delegação técnica brasileira negociadora da participação do Brasil na elaboração do Plano Intermodal de Transportes da África, na sede da Comissão Econômica para África, Addis Abeba, 1983 (chefe).

I Missão Comercial do Brasil à Ruanda, Kigali, 1983 (chefe).

II Série de Seminários sobre Tecnologia para o Desenvolvimento visando à abertura de mercados da Ásia, em Bangkok, Kuala Lumpur e Pequim, 1983 (chefe).

Delegação negociadora brasileira de acordos no contexto do Projeto Polen com os Governos do Gabão e do Congo, 1984 (chefe).

Delegação do Brasil às 41ª, 42ª e 43ª Sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Genebra, 1985, 1986 e 1987 (subchefe e delegado altemo).

Delegação brasileira às Reuniões Anuais da Junta Assessora Mista do Centro de Comércio

Internacional da ONU, Genebra, 1985, 1986 e 1987 (chefe).

Ordem de Rio-Branco, Grande Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.
Ordem Real de Vitória, Cavaleiro, Grã-Bretanha.
Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.
Ordem Orange e Nassau, Cavaleiro, Países Baixos.

Ordem do Condor dos Andes, Cavaleiro, Bolívia.

Publicações:
"A Sudene" e a "Cassa per il Mezzogiorno" - um estudo comparativo — Instituto de Estudos Sociais, Haia.

"A Agricultura e o Desenvolvimento Nacional", Instituto de Estudos Sociais, Haia.

"A Informática e o Ministério das Relações Exteriores" — CAE — Instituto Rio-Branco, Brasília.

O Ministro Brian Michael Fraser Neele se encontra nesta data no exercício de suas funções de Cônsul-Geral do Brasil em Genebra, Suíça.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1988. — Sergio Barbosa Serra, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores)

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 93/88 (nº 112/88, na origem), de 18 do corrente, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM — nºs 1 a 8, 10 a 17 e 20 a 29, de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, das Mensagens Presidenciais de nºs 26 a 30, 36 a 42, 48 a 67, 73 a 150, e 152 a 166, de 1987-CN, referentes a Decretos-Leis, foram incluídas em ordem do dia, em 10 sessões, conforme determina o citado dispositivo, **In Fine**.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre as matérias o Congresso haja se manifestado, os textos dos decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, **In Fine** combinado com o art. 51, § 3º, **In Fine**).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência comunica ao Plenário que, em decorrência da Resolução nº 28, de 1988, que alterou, de nove para onze, o número de integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, em profundidade, as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na administração pública, passaram a compor, ainda, a referida comissão, os Senadores Itamar Franco e Afonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu a mensagem nº 78, de 1988 (nº 93/88, na origem), de 10 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do

Senado Federal, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal de Maria Helena (PR) possa contratar operação de crédito, para o fim que especifica.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A presidência recebeu as mensagens nºs 81 a 92, de 1988 (nºs 92-A, 96 a 103, 109 e 111/88, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Cuiabá (MT), Rio de Janeiro (RJ), Paranavaí (PR), Propriá (SE), Itauçu (GO), Alto Paraná (PR), Caicó (RN) e Rondonópolis (MT), possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, os relatores das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder do PDS.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Não sou muito afeito a fazer leitura de discursos, não me sinto muito bem, mas achei que era de meu dever escrever aquilo que vou ler, em primeiro lugar, porque as interpretações já são de si precárias. Há a palavra de um personagem do "Diário de um Pároco de Aldeia", de Bernanos, que diz, quase que numa increpação a Deus: "Oh, meu Deus, por que só me deste a palavra para expressar o meu pensamento, um instrumento tão frágil?" De fato, a palavra dita verbalmente ainda é mais fácil de ser interpretada de maneira equivocada, razão pela qual eu trouxe apenas nove páginas de um discurso que pretendo receber a atenção do Senado, do Congresso Nacional, e tenha alguma avaliação por parte da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Não se dirá que uma sociedade está enferma só porque nela se registrem descontentamentos com os governantes, denúncias de escândalos financeiros, malversação dos dinheiros públicos, inflamados sermões moralísticos, a par da pregação das utopias. Diz-se, isto sim, que uma sociedade está enferma quando esses sintomas se agravam e seus excessos chegam a ser alarmantes, como me parece que estão ocorrendo no Brasil hodierno.

A economia em grave desordem; a inflação galopante, corroendo salários e avultando fortunas geradas no ventre da especulação; a negociação interminável da dívida externa crescente; as greves pululando por todos os quadrantes, paralisando mesmo atividades essenciais com a penalização injustificável do povo, e já agora atingindo até mesmo quartéis de Polícias Militares; a turbacção nas cidades e o tumulto sanguinolento nos campos; a tentativa de desmoralização coletiva da Constituinte e a individual de suas lideranças mais expressivas; o delírio acusatório sobre corrupção, que não distingue o verdadeiro do falso;

o governante apoucado na sua autoridade, enredado na trapa de um partido que integra majoritariamente o Executivo mas se nega a ser governo; a algaravia dos queixumes populares, aumentados de tom e de frequência; o descrédito acoplado à imagem do país caloteiro; a audácia dos corifeus da violência, usando táticas de intimidação que trazem reminiscências dos métodos de Mussolini, na década de 20, e os de Hitler, na década seguinte, em suas lutas para a conquista do poder — tudo isso não é embuste, fantasia ou previsão de cassandras agoureiras, são fatos reais.

Trata-se, infelizmente, de uma realidade concreta, na qual sobressai o quadro de um Presidente sitiado por lideranças políticas poderosas, e que começa a investir contra as próprias decisões da Assembléia Nacional Constituinte. O Líder da Maioria nesta Casa, em raros momentos de perda de serenidade, lembra ameaçadoramente a possibilidade da deposição do Presidente da República, ao instalar-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar corrupção na Administração Pública. Pouco depois, ensaia um ultimato: "Ou o Presidente Sarney desarma o núcleo que formou em seu redor para combater a Constituinte, ou o País mergulhará numa crise política de desdobramentos imprevisíveis" — são palavras de S. Ex^o. "Estão querendo — disse o Presidente, nem se passaram 24 horas! — tocar fogo no nosso Brasil!"

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, trata-se do Líder do PMDB e não da Maioria, como disse V. Ex^o

O SR. JARBAS PASSARINHO — Retifico: V. Ex^o realmente é o Líder da Maioria. Porque o Regimento não previa essa figura e eu, naturalmente, me equivoquei. Mas eu me refiro ao Senador Fernando Henrique Cardoso, nominalmente, a quem avisei, previamente, que estaria falando e que S. Ex^o seria citado em meu discurso. E S. Ex^o me garantiu que aqui estaria.

"Estão querendo tocar fogo no nosso Brasil" — disse o Presidente. Parece instalada a escalada do conflito entre os dois Poderes, o que nos faz lembrar o Primeiro Império, com a fatal disputa entre D. Pedro I e a Constituinte.

Já não é possível esconder a seriedade da crise. Talvez seja uma consequência natural de nossa forma de exercer a liberdade. O ex-Presidente Nixon, em conversa com o Governador de Puerto Rico, deste ouviu uma explicação do gênio latino. "Nós, latinos — disse o Governador — não sabemos equilibrar liberdade e autoridade; ou queremos muita autoridade, sem liberdade, ou muita liberdade sem autoridade".

Esse desequilíbrio não é de agora. Vem do fim do ciclo dos governantes gerais, quando se falou, pela primeira vez, em desobediência civil. Começaram o grevismo e a violação das leis. Nos campos, as lutas se multiplicam, marcadas pelo assassínio impune de ambos os lados. Mata-se o posseiro, pela mão do sicário; assassina-se o legítimo proprietário de terras produtivas, usando a tocaia. E tudo fica por isso mesmo, enquanto os cemitérios vão-se povoando. A gênese está ora na invasão organizada e patrocinada, das propriedades legitimamente havidas, ora na expulsão brutal do lavrador, que amanhã a terra há anos a fio e dela se vê despojado pelos "grileiros". Nas

idades, igualmente, sucedem-se manifestações que tomam a forma da baderna organizada, da qual não escapa nem mesmo a figura do Presidente da República, por pouco não atingido gravemente no ônibus que o conduzia na cidade do Rio de Janeiro.

Enquanto a autoridade do Executivo é desafiada e atingida, o Parlamento não tem melhor sorte. Arruaceiros ligados a uma central de trabalhadores, à testa o seu próprio presidente, invadem as galerias da Constituinte, ofendem com palavrões em coro a Instituição, cospem sobre o Plenário e nele jogam céduas do desvalorizado cruzado. Em toda a minha vida parlamentar, nunca vi nada igual! Esses desordeiros e seus líderes, que chegaram à tentativa da agressão física a Constituintes que não são de seu agrado, foram devidamente identificados. Igualmente, como nos casos de desordem pública citados, nada aconteceu, ninguém foi responsabilizado.

Utilizando a "pressão de base", que tão bons resultados deu na derrubada da democracia tchecoslovaca de Benes, pregam-se milhares de cartazes com fotografias, nomes, endereços e telefones de Constituintes, apontados como traidores do povo porque não votaram de acordo com uma minoria ativista, posto que hajam votado indiscutíveis avanços no campo dos direitos e garantias individuais, a ponto de nenhuma Constituição anterior assemelhar-se ao texto já aprovado.

Muitos desses sintomas resultam da atuação de grupos de pressão, cujo fim é conquistar seus objetivos através da cabala e da propaganda. São parte da dinâmica democrática. Condenável, contudo, é quando enveredam pela organização da ação direta e da prática do terrorismo, em sua modalidade não armada, aquilo de que fala Hitler, em sua "Mein Kampf", sob a denominação de "terrorismo espiritual", que os nazistas tanto utilizaram.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, em sua obra clássica "A Anatomia das Revoluções", Crane Brinton, nas quatro sociedades por ele estudadas, identificou a participação desses grupos no trabalho de desestabilização e derrubada dos governos e dos regimes.

Agravando o quadro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil determina a leitura, em todas as paróquias, de uma nota, de gravíssimo teor. São trechos dela: "O sentimento nacional é de frustração... O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência". Mas o ataque não é só ao Executivo; ao Legislativo, a nota acusa: "A sociedade tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela", isto nada obstante termos votado praticamente todas as recomendações constantes do documento da própria CNBB, sob o título "Por uma Nova Ordem Constitucional", editada antes das eleições de 86. Mas a nota vai mais longe e acrescenta: "É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. Não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsionalis de consequências catastróficas."

Meditemos um pouco sobre estas aziagas palavras: "cólera popular e convulsão social catastrófica." Que advertência mais funesta poderia ser

feita? A cólera, resultante da frustração, justificaria todas as violências. Recorde-se a expressão de Marx: "A violência é a parteira da História!" Qual a convulsão social que não antecedeu a golpes de Estado, revoltas e revoluções?

Em editorial, o grande jornal paulista **O Estado de S. Paulo**, de 12 do corrente, em relação às declarações feitas pelo ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, afirma: "Talvez nem mesmo nos terríveis momentos vividos pelo País em 1954 se tenha ouvido frase tão pesada para o Presidente da República, e tão pressaga para as instituições". Já na sessão de 20 do corrente, da Constituinte, o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro, acusa o Presidente Sarney de estar pregando o golpe militar e pede o seu **impeachment**.

No mesmo editorial, fala-se de "intranquilidade que começa a tomar corpo em alguns setores das Forças Armadas". Não há, porém, como comparar a febre que consome a sociedade civil, com os episódios até aqui restritos ocorridos na área castrense. Em "Servidão e Grandeza Militares", Alfred de Vigny escreveu: "Uma idéia comum dá a todos os soldados um grande caráter de majestade. Essa idéia é a abnegação, cruz mais pesada que a do mártir. É preciso tê-la carregado por muito tempo, para conhecer-lhe o tamanho e o peso. A abnegação absoluta de si mesmo, a renúncia integral à liberdade de pensar e de agir e a impossibilidade de acumular riqueza produzem virtudes que são mais raras nas classes livres e ativas." Um jovem capitão, no Brasil, esquece-se disso e comete um grave erro. Julgado imediatamente pelos seus companheiros de farda, é condenado a três anos de prisão, e consequente perda da patente e desligamento do Exército, o que equivale, na prática, à degradação. Não se lhe poupou o futuro, a carreira que abraçou por idealismo. Ai está o contraste com a leniência ou a irresponsabilidade presentes na vida fora dos quartéis. O mesmo rigor se abateu sobre aqueles que se solidarizaram com o impulsivo capitão. Entrementes, porém, o promotor que atuou no caso, exhibe-se para a Imprensa com ares de vencedor e justiceiro, e diz que era importante condenar "esse representante extremado da direita." Onde e por que a conotação ideológica? Que passado de lutas terá esse promotor da Justiça Militar, para tripudiar sobre um oficial até então irrepreensível na sua conduta e que talvez pudesse ter merecido a benevolência de ser julgado por transgressão disciplinar grave, e não por crime? O erro do condenado foi ter confundido sua nobre carreira, espartana por princípio, com a atividade de um líder sindical a empenhar-se por melhores salários.

A serventia da vida militar não acrescenta, porém, a humilhação, entre os espinhos de sua coroa. Humilhação a que se submete um oficial general, identificado criminalmente num inquérito conduzido por um delegado exibicionista, ávido de notoriedade e em plena campanha eleitoral para a Câmara dos Deputados. Tenho para mim que se se tratasse de um cidadão comum e o inquérito seria encerrado no nascedouro, quando o laudo pericial provou a impossibilidade do reconhecimento de quem se encontrava a considerável distância e praticamente no escuro. O caso, porém, teria de prosseguir e culminar com a pronúncia baseada em uma única testemunha, de

resto inconfiável, não só por tratar-se de um desocupado mas principalmente porque é um aposentado invalidado por doença mental. Os mais modestos advogados conhecem o velho brocardo latino: **testis unus testis nullus**, mas era preciso escarmentar punindo, não a vítima de acusação vaga e duvidosa, mas o general tido como o truículo executor das medidas constitucionais de emergência, no caso de um governo e de um regime de que o povo já se cansara.

Não é prudente acirrar ânimos e despertar **esprit de corps**, um dos mais belos apanágios da profissão que Alfred de Vigny chamou de "a religião da honra".

Comparando 1964 com 1988, o Governador Miguel Arraes disse ao jornalista Carlos Castello Branco que, independentemente da personalidade dos dois Presidentes, a situação atual é mais grave porque, além de uma inflação maior e mais o bloqueio norte-americano de produtos brasileiros, soma-se o fato de uma base política menos sólida do que a que amparava o Dr. João Goulart. Só não percebem o imenso perigo que ameaça o tecido social brasileiro os que querem negar o óbvio. Que se lembrem dos belos versos de Camões:

"Quem quisesse negar tão grã verdade
Qual o seu efeito, santo e pio,
Negue, também, ao sol a claridade
E certifique mais que o fogo é frio."

Enquanto assim se expressa o Governador de Pernambuco, o Presidente da República alvoroça a Nação, falando pelo rádio: "A divisão dos partidos — diz ele — as ambições incontroladas, a insegurança das posições, tudo faz disso um ambiente de séria conturbação. Forma-se um caldo de cultura onde medram, principalmente, os agitadores, os pregoeiros de desgraças, os usurpadores, aqueles que querem a ruptura das instituições e o fracasso de todas as soluções, levando o País para um caminho sem volta."

Ninguém pode mais, portanto, minimizar a extrema gravidade do quadro social e político, Sr. Presidente, Srs. Senadores. De um lado, o Presidente da República falando claramente num caldo de cultura fértil para o aparecimento dos que perseguem a ruptura das instituições; de outro, os políticos expressivos pregando a deposição do Presidente, ou pelo menos lembrando, enquanto a CNBB incrimina o Governo com a conivência com a corrupção e prenuncia convulsão catastrófica. Fala-se em retrocesso político, para esconder, ao abrigo de um eufemismo, a referência funesta a golpe de Estado.

Não é isso que a Nação deseja! De modo algum! Muito ao contrário, ela quer a última, sem traumas, da travessia rumo à plenitude democrática, com todas as correntes ideológicas convivendo civilizadamente no campo político, com as liberdades fundamentais asseguradas e os direitos sociais e econômicos reconhecidos e respeitados. É nosso dever exorcizar o fantasma do rompimento do tecido social, sanear a vida civil, punir exemplarmente quem a conspurque, restaurar a autoridade abalada, restabelecer a harmonia entre os Poderes, eliminar rapidamente a Constituição em preparo, eliminar as provocações e acusações recíprocas, para tornar incontestável o poder civil, ao qual se devem subordinar lealmente as Forças Armadas, intocadas a disciplina

e a hierarquia. É imperativo, contudo, que o poder civil seja incorruptível e incensurável na conduta de seus mandatários.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Senador, quando V. Ex.^a achar oportuno, gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou lendo já praticamente o final, mas se V. Ex.^a quiser que eu interrompa, com muito prazer, ouço V. Ex.^a

O Sr. João Menezes — V. Ex.^a é o juiz do momento. Se V. Ex.^a concede o aparte, vou participar desse grande discurso que V. Ex.^a faz.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex.^a com muita honra.

O Sr. João Menezes — Anotei, que durante a exposição V. Ex.^a, entre outros aspectos, focaliza o assunto das greves, a desmoralização da Constituinte, os conflitos da violência, a ameaça de deposição do Presidente da República e fala até na segurança e na hegemonia das Forças Armadas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Perdão! Peço a V. Ex.^a que não me atribua ter falado em hegemonia das Forças Armadas.

O Sr. João Menezes — V. Ex.^a falou na necessidade, de que as Forças Armadas...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas não hegemonia.

O Sr. João Menezes —... representam na conjuntura atual, pareceu-me. Acho que tem razão. Um dos problemas mais graves que enfrentamos, e V. Ex.^a focaliza muito bem, é aquele das greves, que vêm desestabilizando o País, porque a greve de hoje não é mais uma greve administrativa; a greve que se faz é aquilo que podemos chamar cientificamente de **greve revolucionária**; é o que está existindo. V. Ex.^a e toda a Nação brasileira verificaram o que aconteceu há pouco tempo com a greve dos ferroviários. Por quê? Para criar tumulto diante de um meio de transporte da maior importância, que afeta diretamente o povo e é capaz de irritá-lo. Por outro lado, V. Ex.^a viu, também, a greve dos aviários e greve feita tecnicamente, justamente numa hora em que a população, em grande parte, se preparava para viajar para esse ou aquele lugar em pleno carnaval. Então, foi escolhido um dia determinado que pudesse causar convulsão, causar desordem e descontentamento. Vimos depois as publicações das empresas aéreas, como a Varig e a Vasp, em que davam as condições excepcionais de remuneração daqueles que comandam os aviões das referidas companhias além das vantagens que têm obtido constantemente. V. Ex.^a falou também no fato do noticiário da deposição do Presidente da República que foi relatado. Realmente, esse fato é do maior significado. O que se deseja com isso é a desmoralização do Poder. Depor o Presidente da República para colocar o quê? Quem? Por quê? Por que razões? O que vai fazer na época atual? Tudo isso, no nosso entender, faz parte de um caos. A Assembléia Nacional Constituinte também sofre os seus altos e baixos. Não entendo como um Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, um homem que representa, eventualmente, a Presidência da República, declara que é o Presidente da "feijoada", é o Presidente

"marreteiro", e até hoje não descobriu quem votou pelo Constituinte Sarney Filho. O tempo vai escoando e ninguém sabe qual é o resultado até hoje. Outras coisas têm acontecido. Pediu-se outro dia uma sessão extraordinária sobre uma publicação que havia sido dada, em entrevista ou em noticiário, pelo Constituinte Daso Coimbra. Foi convocada pela Presidência da Constituinte uma verdadeira sessão de inquirição, que terminou tristemente, porque os Constituintes presentes abandonaram o plenário. Então, por tudo isso que está acontecendo na Constituinte, quem é o responsável? É a Mesa da Constituinte, porque é o órgão de polícia da Constituinte, é ela que deve tomar as providências, e não entregar ao Plenário as discussões mais estereis.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Senador João Menezes, eu pediria a V. Ex.^a que abreviasse o seu aparte. Sabe V. Ex.^a que, pelo Regimento, o aparte é uma interrupção rápida do discurso.

O Sr. João Menezes — Sei que é rápida. Mas V. Ex.^a não vai cortar o tempo do eminente senador Jarbas Passarinho, porque outros líderes já usaram durante três horas essa tribuna e não tiveram seus discursos interrompidos pela presidência. Desculpe-me a pequena digressão mas é o fato exato que está existindo aí. Estou procurando retratar o que sinto. Eu também, Senador, estou preocupadíssimo com a situação que atravessa o País, porque acho que caminhamos para uma desordem geral, generalizada. Deve-se realmente adotar uma posição, para que os constituintes representem o seu papel e deixem de fazer do plenário da Assembléia Nacional Constituinte um órgão que parece às vezes até um circo, onde todo mundo vai, diz o que quer, as coisas mais absurdas que se ouvem, e não há nenhuma repressão da presidência. Lastimável o fato último, em que um constituinte, premeditadamente, leva até um penico à tribuna, discute e nada lhe acontece. Perdoe-me colocar estas coisas no discurso de V. Ex.^a, mas acho que tudo faz parte de uma textura de desmoralização dos órgãos constituídos do País, quer da Constituinte, quer do Governo, quer administrativamente, em todos os setores. Perdoe-me V. Ex.^a o aparte, o nosso Presidente já me está querendo cortar a palavra, mas eu não poderia deixar de inserir no discurso de V. Ex.^a as minhas preocupações, que são profundas, e vejo isso com o maior cuidado em relação ao que possa acontecer no dia de amanhã.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex.^a, especialmente por aquilo que falei em gênero e V. Ex.^a disse em espécie. Fugi da espécie, eu queria alhear um pouco o discurso. Mas, V. Ex.^a tem suas razões e eu as respeito.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. senador Jarbas Passarinho, desculpe-me por não ter podido escutar as páginas iniciais do seu discurso, pois estava participando de um esforço, que espero seja coroado de êxito, no sentido de que possamos, ainda esta tarde, votar a questão

da estabilidade de uma maneira que atenda aos interesses do País.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sei que o tempo de V. Ex^a nunca é usado de maneira a ser censurável, o contrário, nada de inútil, sempre muito produtivo.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Muito obrigado a V. Ex^a. Mas, pelo que ouvi de V. Ex^a, quero dizer que mais uma vez noto convergência entre o pensamento de V. Ex^a sobre a conjuntura que atravessamos, e o pensamento de muitos de nós que estamos fazendo um esforço enorme, como V. Ex^a, para que se chegue a bom termo neste processo de transição para a democracia. As preocupações assinaladas por V. Ex^a, notadamente no que dizem respeito ao esgarçamento do tecido social, usando quase que expressões semelhantes às que usei no discurso que o senador João Menezes disse que durou mais de três horas, graças aos apertes que recebi do eminente senador João Menezes...

O Sr. João Menezes — V. Ex^a é réu confesso!

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Fui absolvido pelas palavras de V. Ex^a no meu discurso. Mas, vejo que V. Ex^a, senador Jarbas Passarinho, frisa pontos para os quais eu também chamei a atenção. Não me havia estendido sobre outras matérias de enorme importância e delicadeza, como fez V. Ex^a porque não havia ainda ocorrido o que mais recentemente tem ocorrido no País, ou seja, a manifestação de aqui e ali, pontos, digamos assim, de desobediência civil e, ocasionalmente, de manifestações de inconformismo, mesmo entre setores que deviam, por suas funções, por seu ofício, calar-se, ainda quando discordem de posições adotadas pelo Governo. A preocupação de V. Ex^a é a nossa também. Agora, o que nos cabe é juntos — e friso, juntos — todos os partidos, as mais variadas tendências ideológicas — como diz V. Ex^a o que nos cabe a todos nós é um esforço enorme para concluirmos o processo de transição. Seja qual venha a ser o resultado desta Constituição, seja qual venha a ser o sistema de Governo adotado, a duração de mandato, as garantias e franquias individuais e sociais que venham a ser estabelecidas, o nosso compromisso é de, juntos, honrarmos a Constituição. Não há forma melhor de fazê-lo senão como faz V. Ex^a, hoje, chamando a atenção deste Plenário e, por intermédio dessa tribuna, de todo o País, para a gravidade do momento que atravessamos. E o faz V. Ex^a não com o propósito de acrescentar mais um ponto de interrogação mas, ao contrário, para advertir de que é tempo ainda para evitarmos desdobramentos que ninguém quer, muito menos V. Ex^a. Ouvi as palavras proferidas pelo senador Jarbas Passarinho, notadamente no que diz respeito à questão do relacionamento entre o Governo e a Constituinte e entre todos nós e as Forças Armadas, com o maior acatamento. Percebo, nas palavras de V. Ex^a, uma advertência daqueles que não querem que haja um retrocesso, daqueles que não querem, de forma alguma, que outra vez tenhamos que nos pronunciar sobre golpes de Estado. V. Ex^a faz o seu discurso chamando duramente a atenção e, eventualmente, até com cores e dando exemplificações que não seriam as minhas, e é o mesmo, de que temos que, juntos, pela

nossa conduta, pelo nosso esforço, levar adiante o processo de transição democrática. E como nós dispomos, no Brasil, de recursos humanos, como o de V. Ex^a nesta Casa, não tenho dúvida de que se tivermos a compreensão do momento, se altearmos o nosso discurso, e se, ao invés de concentrarmos as nossas críticas em questões menores, concentrarmos nossas críticas no sentido de construir realmente um caminho para um futuro de desenvolvimento econômico, de bem-estar social e de democracia, chegaremos juntos a este patamar que o Brasil inteiro deseja. Se em algum momento nas minhas palavras há algum tom mais cáustico, é porque sinto às vezes necessidade disso. E muitas vezes extrapolo até minha condição de homem de partido, e falo em termos de uma posição de alguém que acompanha este processo, desde há muito tempo, para que chegue ao ponto que está chegando, já até mesmo contribuição de sacrifício pessoal, que não é o caso de recordar, porque o passado é passado, o que nos une hoje é uma perspectiva de futuro. E felicito V. Ex^a por, neste momento, ao alertar o País, não utilizar essa tribuna para ameaçar, senão para conclamar, mais uma vez, a que, juntos, cheguemos ao término.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^a, nobre senador Fernando Henrique. Em literatura, com os editores, com os livreiros e os consumidores de livros, costuma-se utilizar um brocardo, que diz: *traduttori, traditori*. No caso, V. Ex^a exatamente faz o contrário. Eu não poderia ter melhor intérprete de meu pensamento do que V. Ex^a, ainda que com as ressalvas que estão dentro do aparte de V. Ex^a, e que, naturalmente, se referem mais aos exemplos, como V. Ex^a disse que eu usei, do que propriamente à tese levantada. É noto algumas convergências de pensamento, o que me agrada muito. Não tive a honra de ouvir o grande discurso de V. Ex^a, feito no Senado, mas quando o li tive a impressão de que fazia um discurso que se aproximava, se não se identificava totalmente, com o programa do meu pobre Partido Democrático Social. V. Ex^a fazia um discurso tipicamente de democracia social. Mas isso é o PMDB, que é exatamente essa frente que eu clamaria inorgânica, onde se pode encontrar um senador Fernando Henrique Cardoso e outras pessoas cujos nomes prefiro não citar para não criar labéus e nem rótulos.

Por isso, acho que a contribuição que V. Ex^a dá com a responsabilidade de dirigir o partido majoritário nesta Casa, é muito grande e muito boa para mim, porque mostra um aliado da maior importância, especialmente quando citei V. Ex^a pessoalmente. E citei porque V. Ex^a, exatamente como eu disse num dos raros momentos dessa perda de serenidade que lhe é tão característica, um tratamento lhano que V. Ex^a tem para com todos, chegou a falar na deposição do presidente da República. Isso prova como o agravamento das nossas relações está se dando. Foi por isso que eu trouxe todos esses dados para cá, e coloquei também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ouvi alguém que leu o meu discurso, antes de pronunciá-lo, que disse: "A CNBB vai ficar indignada com V. Ex^a!" Não sei por que! Citei a CNBB literalmente, e acho que o que está escrito é extremamente perigoso, porque se fala em convulsão social de conseqüências catastró-

ficas. Isso, dito por uma Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a sua responsabilidade e sua autoridade, não pode passar em branco! É importantíssimo para nós. Lembrei de Passagem, aí, e me perdoe o nobre historiador Luiz Viana Filho, a pendência entre Dom Pedro I e a Constituinte. Lembrou-me um pouco disso. Foi até rere Octávio Tarquino, para ver se eu estava com o pensamento correto ou não.

Ora, os quadros não são parecidos. A Nação é completamente diferente entre aquele século e os dias de hoje. Acontece que Dom Pedro I fechou a Constituinte; mas ocorre que, pouco depois, foi deposto. Aliás, ele renunciou; caberia a deposição.

Por isso, esses dados colocados aqui e que receberam, benevolmente, a aceitação do Líder Fernando Henrique Cardoso, em nome do seu Partido, parece-me que, talvez, a maior conquista que eu poderia obter era fazer este discurso. É a consciência de todos nós, como disse S. Ex^a o Líder do PMDB, porque ainda é tempo, ainda é tempo de não jogarmos fora uma conquista democrática extraordinária como esta da transição brasileira que se faz, até exemplarmente para o mundo.

Temos alguns exemplos de transição democrática muito diferentes da nossa. Por que pôr a nossa em perigo? Esta, então, a razão pela qual agradeço as palavras de V. Ex^a Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Se V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho, eu gostaria de dar um esclarecimento, porque acho que convém para os Anais deste Senado: jamais falei em deposição do Presidente da República. Na instalação da CPI sobre corrupção, o que eu disse foi que a força de uma CPI, mormente neste momento, era tal, que, se fosse o caso — o que eu rejeitava de plano — de até mesmo um Presidente da República estar envolvido, caberia a ela concluir pelo crime de responsabilidade; se fosse um Ministro, pedir sua demissão; se funcionário, pedir sua prisão. Houve uma extensão além das minhas palavras, o que seria contrário ao que penso e que chegasse ao fim da transição democrática.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, pratiquei dois erros imperdoáveis: primeiro, e principalmente, foi não ouvir V. Ex^a, segundo, foi ler a imprensa. (Risos.)

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Nobre Senador Virgílio Távora, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Virgílio Távora — Meu caro Senador e chefe, as primeiras palavras são de congratulações porque V. Ex^a está exprimindo aquele seu espírito democrático tão conhecido desde os tempos de cadete. Em segundo, porque traduzem exatamente, isso tenho certeza, pelas virtudes que sempre com V. Ex^a temos mantido, o sentimento do Partido que tão brilhantemente V. Ex^a dirige. E em terceiro lugar, porque há falas, Senador, que marcam épocas, que marcam momentos decisivos na vida, principalmente na vida democrática de um país, e uma dessas falas é a que V. Ex^a hoje nos brinda.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O Sr. Virgílio Távora — Queríamos dizer a V. Ex^a, sem a eloquência, sem o brilho de suas palavras, que justamente V. Ex^a poderia chamar aos responsáveis a atenção para aquelas palavras shakespearianas: **words, words, words** — palavras, palavras, palavras. Já ouvimos demais do lado de lá. Nós, que sonhamos com a transição democrática real, em que não haja vencidos nem vencedores, em que, realmente, o povo possa, depois, olhando para o passado, dizer que dele somos dignos, nós desejamos a ação. Mas ação construtiva, não ação mesquinha, como a ação do Paraná, não ação mesquinha, como aquela do Rio de Janeiro, em que se põe no banco dos réus um homem uniaçuado, unicamente porque ele tinha os galões no ombro e queriam todos os seus algozes mostrar o exemplo dele, daquilo que poderiam fazer com os representantes do regime que havia caído. Isso é que é preciso ficar bem claro. Desejamos a paz, desejamos a tranquilidade, desejamos a transição democrática, mas com justiça, essa justiça que tão bem V. Ex^a, neste momento, aqui enaltece e para a qual esperamos seja feita por todo o Brasil.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. Sr. Presidente, em seguida encerrarei.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a é um grande líder, V. Ex^a é uma das reservas morais que tem este País. E fico satisfeito em ouvir o discurso de V. Ex^a, que é um alerta tranquilo, mas sério, responsável, à situação em que se encontra o País. Um alerta para que as forças políticas possam encontrar um caminho comum, para atravessarmos dignamente o período difícil em que estamos vivendo e alcançarmos definitivamente a plenitude democrática. Esse é o objetivo de V. Ex^a, eu sei, e desejo que realmente seja bem meditado o alerta de V. Ex^a pelo poder civil, por todas as autoridades. Porque posso afirmar a V. Ex^a que o Presidente da República não deseja, em nenhum instante, um conflito com o Poder Legislativo e, especialmente, com a Assembléia Nacional Constituinte. Sua Excelência tem o maior respeito pelo Poder Legislativo, do qual foi um brilhante membro, e pela nossa Constituinte, da qual ele espera a feitura de uma Constituição serena, tranqüila, democrática, avançada e progressista, mas que seja em benefício do povo brasileiro é o que ele espera. Desejo que, com o discurso de V. Ex^a, haja um desarmamento de espíritos. É preciso que todos os políticos de todos os partidos se entendam nesta hora, para podermos atravessar o túnel. Esperamos que as Forças Armadas, também atingidas e provocadas, muitas vezes, pelos políticos, mantenham-se unidas e tranqüilas, observando esse transe que estamos vivendo. Desejo, ainda, nobre Senador Jarbas Passarinho, que esse alerta seja ouvido. O Presidente da República não quer criar um conflito com o Poder Legislativo e com a Constituinte. Porém, Sua Excelência não

vai continuar a ouvir, impassível, os pronunciamentos feitos na Assembléia Nacional Constituinte, dos quais 98% deles são ataques os mais agressivos, injustos e caluniosos. Sabemos que isto não vai acontecer. Desejamos, assim, que, com o discurso de V. Ex^a, encontremos a estrada larga do entendimento para atingirmos, em definitivo, o regime democrático.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Ex^a?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sou grato ao senador Rachid Saldanha Derzi, porque as palavras de S. Ex^a estão revestidas da responsabilidade de quem aqui é líder do Governo, embora a figura regimental seja a de líder da Maioria. As palavras de S. Ex^a vêm ao encontro do meu desejo. Talvez eu fizesse duas observações a respeito.

A primeira, com relação a esse chamamento para o desarmamento de espíritos. Já li que o presidente da Constituinte, o nobre deputado Olysses Guimarães, referiu-se a uma trégua, e se propôs a fazê-la. Pouco depois, vi, partida do Palácio do Planalto, uma recomendação no mesmo sentido: trégua. Acho pouco, acho muito pouco a trégua; devemos ter, no mínimo, um armistício e se possível, a paz. A trégua é pouco.

Por outro lado, quando o senador Rachid Saldanha Derzi me fala de que o senhor Presidente não pode ouvir impassível as acusações que recebe, e diz S. Ex^a, por mais de 90% dos discursos que se fazem na Constituinte, quero lembrar que o entrechoque dessas idéias deve ser no Parlamento; o Parlamento deve ter quem defenda o Presidente da República. Ele tinha uma aliança importante, uma aliança que era arrasadoramente majoritária. Mas essa aliança não funcionou, ela é heterogênea. Aqui mesmo eu dizia, dentro do Senado, suponho que na Câmara a mesma coisa, que havia momento em que eu tinha grande dificuldade, junto com o senador Virgílio Távora e meus companheiros de bancada do PDS, de fazer um discurso de oposição. Porque o primeiro discurso era feito pelo Líder do PMDB, e o segundo pelo Líder do Partido da Frente Liberal. Então, não cabia espaço, eu não tinha espaço para poder fazer exercício da minha própria posição.

Então, não se pode submeter o Presidente da República à responsabilidade de pessoalmente ter que fazer o contraditório, ter que repelir aquilo que lhe foi imputado. Devemos fazê-lo aqui, devemos ter a coragem de receber.

Vejo que se encontra no plenário, para gáudio meu e honra desta Casa, o ilustre ministro Paulo Brossard. Devo lembrar a S. Ex^a quantas vezes daquela tribuna atacou o Governo e quantas vezes, eu, pequeno, menor que S. Ex^a, tive a coragem de vir a esta tribuna defender o meu Governo para não precisar o Presidente Figueiredo dar resposta.

Estou certo de que, hoje, tendo um líder como V. Ex^a, que representa o presidente da República, naturalmente, pelo menos no Senado, a figura de Sua Excelência ficará preservada da necessidade de pessoalmente dar resposta.

Ouçõ o senador Leite Chaves.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Jarbas Passarinho, eu havia solicitado o aparte primeiro.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Por causa das luzes da televisão, não consegui divisar V. Ex^a.

Senador Divaldo Suruagy, tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a está muito bem iluminado pelas luzes da imprensa brasileira.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Só que elas não são constantes. (Risos.)

O Sr. Divaldo Suruagy — Mas elas têm perpetuidade. O discurso de V. Ex^a, a exemplo do que aconteceu com o discurso do senador Fernando Henrique Cardoso, há dias, revive dias memoráveis desta Casa. V. Ex^a mostraram à classe política que o exercício desta nobre, difícil atividade pode ser feito com inteligência, com cultura e com dignidade. Daí, neste instante, eu me orgulhar de pertencer ao Senado e à classe política brasileira. Não comungo muito dessas angústias, dessas preocupações em torno das distorções do Poder Legislativo, porque, pela sua própria essência, ele é altamente contraditório, porque ele é um espelho onde a sociedade se reflete, no que ela tem de melhor e no que ela tem de pior. O próprio Poder Legislativo, como é a maior expressão dos Três Poderes, o eminentemente popular, ele tem que ser esse "caldo", onde nós encontramos os mais diversos tipos humanos e, é natural, é louvável e compreensível que aqui nós os encontremos. O que quero ressaltar no discurso de V. Ex^a é a necessidade do grande ponto de aglutinação, independentemente das paixões políticas, independentemente das paixões partidárias. Nós políticos devemos ter competência para levar este País, nessa fase de transição, que somente foi possível, graças à sabedoria da classe política brasileira. Eu poderia citar, como exemplo, países como a Argentina, que não é comparável ao nosso. Na Argentina, as Forças Armadas saíram derrotadas da Guerra das Malvinas, traumatizadas, diminuídas diante da sua população. Não foi o caso que aconteceu no Brasil. O Brasil é um exemplo raríssimo de um Estado revolucionário para um Estado de direito, sem grandes traumas sociais. E não será nessa fase, já de conclusão desse período de transição, que nós, políticos, iremos negar a nossa competência para levar este País a bom termo, porque, se nós não tivermos competência para evitar o impasse, e em todo impasse sempre vence o mais forte, e, evidentemente, o poder mais forte, dentro de er conjuntura social, é o poder armado. Então, compete a nós, políticos, e V. Ex^a, a exemplo do que aconteceu com o senador Fernando Henrique Cardoso, está nos dando um exemplo magnífico do caminho a ser seguido, do rumo traçado. Quero me congratular com V. Ex^a e, acima de V. Ex^a, com o Senado e, acima do Senado, com a classe política brasileira, pelo magnífico discurso que V. Ex^a nos presenteara nesta manhã.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado, nobre senador Divaldo Suruagy. V. Ex^a e eu temos pontos em comum que muito me honram; a aceitação, por V. Ex^a, do meu discurso me dá um respaldo cuja importância sou capaz de julgar. Muito grato a V. Ex^a

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre senador Leite Chaves, para concluir o meu discurso.

O Sr. Leite Chaves — Muito obrigado Ex^a V. Ex^a restabelece, aqui, no Senado, o clima dos seus grandes dias do passado. É V. Ex^a, de fato, um homem brilhante, e nunca se houve nesta Tribuna sem o brilhantismo, que todos reconhecemos. Concordo com V. Ex^a com os fatos, mas não sei quais serão suas conclusões. V. Ex^a invoca fatos, e os condena, exatamente, porque eles se processaram de acordo com a lei. Por exemplo, da Justiça Civil do Rio de Janeiro.

Ela esta sendo recriminada porque funcionou, pronunciou o acusado ao Tribunal do Júri. No caso do Paraná, V. Ex^a a recrimina, porque ela funcionou, isto é condenou o acusado a 3 anos. O promotor a quem V. Ex^a se refere é um dos qualificados procuradores da Justiça Militar brasileira; é, ademais, oficial da reserva das Forças Armadas, como V. Ex^a e o ato do capitão, a que V. Ex^a se refere é dos mais graves perante a legislação militar, por violentar padrões fundamentais da disciplina e da hierarquia. E para falar em Camões, a que V. Ex^a também se referiu, foi ele, acompanhando constantemente as tropas lusitanas, quem bem conheceu o método, o segredo, a substância da disciplina militar, quando diz:

“A disciplina militar prestante não se aprende Senhor na fantasia, sonhando, estudando ou imaginando, senão, vendo, tratando e pelejando.”

É singular que um capitão comande a sua tropa, sem que avise da missão, e invada logo um poder civil desarmado, a Prefeitura de Apucarana. A Justiça Civil no Rio está funcionando. O fato de a testemunha não exercer função de importância não quer dizer que o seu depoimento não seja válido, sobretudo quando verossímilante, ajustado às circunstâncias. Quanto ao mais acho que há intransigência nacional. Mas não a esse ponto que V. Ex^a descreve. O País tem tudo, nestes últimos dois anos, excesso de produção. No Paraná, pelo menos, não temos nem onde colocá-la. O Congresso está funcionando; a Assembléia Constituinte funciona. É verdade que uma Assembléia Constituinte é uma espécie de revolução no Direito, e, isto traz intransigência. O Presidente, muito hábil, usa muitas vezes essa habilidade de ir para frente e para trás como, talvez, uma estratégia de permanência. E acho que Sua Excelência se fosse mais rígido, talvez tivesse levado o País a situações até mais desastrosas. Sua Excelência, é um político de grande habilidade, de grande conhecimento, e que todos aprendemos a admirá-lo nesta Casa. Não sei se Sua Excelência, logo depois das eleições passadas, não errou ao não reformular totalmente o Ministério, de acordo com a nova realidade que o povo brasileiro expressou. Quanto às críticas que se fazem ao presidente Ulysses Guimarães, um homem de grande saber político, de extrema seriedade, tem-se de convir não ser tão relevante três ministros militares se reunirem e fazerem uma Constituição. Muitos querem que a Constituição atual seja feita com aquela mesma pressa. Sei que é válido o seu discurso, na medida em que os fatos aqui colocados passam a ser motivos de reflexão o seu discurso haverá de receber resposta mais cabal do nosso Líder do PMDB através de discurso de análise, como está sendo o de V. Ex^a Além do mais, V. Ex^a é respeitado nesta Casa não só pelo brilho e pelo seu notório conhecimento genérico mas também pelas várias funções que V.

Ex^a exerceu com alto saber tanto nesta Casa quanto em diversos ministérios do País. E, diga-se, de passagem, havendo-se em todos com grande discernimento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Queria apenas, talvez, chamar a atenção, ou tive um desmaio de memória, ou tenho a audácia de contestar um dos juristas mais brilhantes da Casa, que foi, exatamente, o Procurador-Geral da Justiça Militar, Senador Leite Chaves. S. Ex^a disse que o promotor, no Paraná, é um homem respeitadíssimo, é um oficial, um capitão, ou um oficial como eu o fui. Ao meu tempo de Exército — e lá já se vão vinte e tantos anos que dele estou afastado — o promotor não era militar. O auditor e o promotor são necessariamente civis togados, e o promotor é um advogado. Foi esse promotor que, sendo ou não o homem a que S. Ex^a se referiu, de brilho intelectual muito grande, teve a infelicidade de querer caracterizar o ato do capitão como ato de um jurista, como se o fato de ele ter cometido o erro que cometeu — e eu não disse que não cometeu erro — estivesse ligado a uma destinação de natureza ideológica. Não! Ele foi lá e leu um manifesto. E leu um manifesto em que, como eu disse, confundiu sua posição com a de um líder sindical, que pretende fazer melhoria de salários da sua categoria profissional. Não me parece também que haja um problema disciplinar que seja justo dizer que estou recriminando. Eu disse ainda há pouco, nas páginas que li, que há dois pilares vitais para a atividade militar, que são a disciplina e a hierarquia, sem o que as Forças Armadas se transformam em bandos armados ou milícias, como costumava dizer o Presidente Castello Branco. Ora, é claro que houve transgressão disciplinar, e eu queria que ela fosse examinada como tal. Eu preferiria que não se cortasse desde logo uma carreira, não se eliminasse o futuro de alguém que até então tinha sido irrepreensível na sua conduta, que talvez pudesse ser analisado sob o ângulo de transgressão grave, com trinta dias de cudeia e transferência, como se fez, como todos nós recebemos, no passado, o duro peso da disciplina castrense. Então, não faço recriminação à decisão, acho-a apenas severíssima. Severíssima! No outro caso, V. Ex^a naturalmente não estaria de acordo comigo; eu conheço o pensamento de V. Ex^a a respeito da personagem que citei, cujo nome não dei, mas é notório que se trata do General Newton Cruz. De maneira que V. Ex^a, certamente, não concordaria comigo.

O Sr. Luiz Viana — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Viana — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, inicialmente desejo congratular-me com V. Ex^a por ver que o tempo e as circunstâncias, que vão mudando, são diferentes e em nada modificaram o brilho, a inteligência, a correção, o bom senso de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O Sr. Luiz Viana — O discurso de V. Ex^a, se me permite, além de muitos títulos que tem, é um discurso de bom senso e, por isso mesmo,

eu não acredito que ocorra aquilo que prevê o Senador Leite Chaves, que ele seja respondido; ninguém vai responder a V. Ex^a, todo mundo vai aplaudir, todo mundo vai apoiar, porque o que V. Ex^a está querendo é justamente mostrar que o País, o Governo, a sociedade, todos nós, enveredamos por um caminho perigoso, não sabemos onde vamos acabar. E é necessário para o Brasil, para todos nós, que tomemos um rumo certo, que possa levar à conclusão a transição e a Constituinte. E o primeiro que deve dar esse exemplo, e ouvir bem V. Ex^a, é o Presidente da República, que é o maior responsável por tudo que ocorre no País. Pessoalmente é o maior responsável; pode ser o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, mas pessoalmente é o Presidente da República. E o Presidente da República deve ter a compreensão, deve ter a tolerância para saber que o agravado, o ataque é inerente à nossa vida parlamentar, à nossa vida social, à nossa história. Eu lembraria apenas aqui o que foi Feijó. O que se disse menos de Feijó é que ele era dèbado e incestuoso. Isso foi o menos. Mas o Feijó está na História e o País continua.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em dois episódios diferentes com Duque de Caxias — antes de Duque e depois.

O Sr. Luiz Viana — V. Ex^a lembrou Dom Pedro I. Falo só no D. Pedro I, não quero falar no Chalaca. Mas, realmente, não tem nada hoje, o Brasil de 1988 com o Brasil de 1823. Embora se diga que a História se repete, que a História não se repete, mas no caso não há nenhuma semelhança. O que nós temos agora é uma fase de transição, que deve ser e é necessariamente marcada por essa inquietação social, que é agravada sobretudo pela situação econômica: o grande inimigo que nós temos é a inflação, é o encarecimento da vida, é a perturbação social nas famílias, nas casas, em tudo. Isso é que é o grande mal, e não devemos agravá-lo com palavras, com censuras, com críticas; devemos, sim, criticar para que possamos encontrar o caminho certo. Esse sim, como fez aqui, há alguns dias, com tanto brilho e tanta oportunidade, o Senador Fernando Henrique Cardoso, e como V. Ex^a, agora, também ocupando a tribuna com o mesmo brilho, com o mesmo objetivo que é o de colaborar. V. Ex^a não tem o objetivo de criticar. V. Ex^a apenas enuncia fatos que são notórios e que, naturalmente, nos devem mostrar, como se fossem faróis, como se fossem balizas, que o caminho não é bom. Estou certo de que V. Ex^a será ouvido aqui, será ouvido no Palácio do Planalto, e terá contribuído de maneira brilhante, de maneira eficiente, para que o Brasil chegue aonde quer chegar: a uma Constituição democrática e liberal.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Grato a V. Ex^a, nobre Senador Luiz Viana. Ministro várias vezes, Presidente desta Casa, como V. Ex^a foi, Parlamentar dos mais notáveis, as palavras de V. Ex^a me sensibilizam, e até agradeço desde logo o *habeas corpus* preventivo que V. Ex^a me deu, em relação à ameaça do Senador Leite Chaves, porque só se houver indisciplina intelectual dentro do PMDB poderei ser contraditado, porque já recebi a adesão do Líder do Partido. Mas agradeço muito a V. Ex^a as expressões, e ouço, creio que é o último aparte a ouvir, com muita honra para